



Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Methodológicas
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

EIXO TEMÁTICO: 1- Educação, diversidade cultural e processos de produção de desigualdades.

INCLUSÃO ESCOLAR E INSERÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS AUTISTAS

Maria Carla Costa - UFPE
Crislainy Gonçalves – UFPE
Eunice Campos - UFPE

Resumo:

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre a inclusão escolar e social de crianças autistas, partindo da problemática que questiona sobre qual a relação entre a educação inclusiva e a inserção social como meio de contribuição no desenvolvimento de crianças autistas. De modo geral, tivemos o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca das especificidades da educação de crianças autistas; assim como discutir a importância da educação inclusiva para portadores do autismo infantil, no intuito de esclarecer os benefícios da inserção social para o desenvolvimento destas crianças. Apesar de tratar-se de uma pesquisa bibliográfica e não empírica, foi possível elencar como resultados que as novas exigências da inclusão escolar de crianças autistas estão pautadas em perspectivas teóricas que levam em consideração muito mais as potencialidades das crianças autistas do que suas impossibilidades, uma vez que elas não se constituem apenas do autismo, e sim de muitas outras características, por isso, tem que ter seus direitos de aprendizagem, desenvolvimento e bem estar respeitados e garantidos, tanto na escola, como em todos os outros contextos sociais.

Palavras chave: autismo; inclusão escolar; desenvolvimento social.

INTRODUÇÃO:

A escola na era contemporânea tem sido palco de diversos ‘novos’ fenômenos e exigências sociais, que há tempos deveriam estar inseridos na mesma. Estes fenômenos estão relacionados à adequação da escola à sociedade moderna, na qual, entende-se que todos têm direito à educação, contudo, somente nesta era, estes aspectos ganharam visibilidade e puderam ser notados com mais ênfase. Dentre estes novos paradigmas, pontuamos no presente artigo o trabalho dirigido pela escola à crianças com autismo, considerando os diversos benefícios que esta instituição pode garantir à portadores de autismo infantil (AI), proporcionando-lhes um desenvolvimento dirigido adequadamente para as suas necessidades.

Para tanto, objetivamos através deste trabalho: aprofundar o conhecimento acerca das especificidades da educação de crianças autistas; assim como discutir a

importância da educação inclusiva para portadores do AI, no intuito de esclarecer os benefícios da inserção social para o desenvolvimento destas crianças.

A partir destes pressupostos, indagamo-nos sobre **qual a relação entre a educação inclusiva e a inserção social como meio de contribuição no desenvolvimento de crianças autistas.**

Por conseguinte, destacaremos os diferentes fatores decorrentes deste transtorno, e suas consequências, considerando não somente as causas que determinam a existência deste, mais também sua incidência, além das diversas novas necessidades que a criança com autismo traz consigo. Deste modo, questionamo-nos sobre as especificidades da educação de crianças autistas, levando em consideração os desafios que circundam esta prática, e os meios pelos quais estes desafios podem ser superados de acordo com cada realidade.

Para além disto, também abordamos a importância de que esta educação seja subsidiada de pressupostos inclusivos, garantido a esta criança o direito de ser não somente cuidada e educada por mediação da escola, mas, sobretudo o direito de ser aceita, respeitada e compreendida, garantido à mesma não apenas a inserção na escola, mas efetivando uma inclusão que atenda as suas necessidades.

Também será discutida a importância da inserção social do autista, o que compreende com a ruptura de diversos fatores que direta ou indiretamente estão relacionados aos conflitos desta criança. Por isso, destacaremos esta escola, ou seja, a escola inclusiva como meio propiciador desta inserção social à qual a criança com autismo está muitas vezes distanciada. Frente À isto, a escola deverá incluir este aluno para poder inseri-lo no meio social ao qual deste, é ela representante.

AUTISMO E SUAS ESPECIFICIDADES

O autismo infantil, ainda enfrenta diversos questionamentos, o mais comum deles, está relacionado a ‘*o quê causa*’ este transtorno . Muitos autores, porém, afirmam que não existe uma causa específica para que o autismo seja desencadeado, mais sim, inúmeros fatores que podem contribuir para que a criança nasça autista.

Schwartzman (2003) define autismo infantil da seguinte maneira:

O autismo infantil é um distúrbio do desenvolvimento com bases neurobiológicas, que afeta cerca de 4 a 10 em cada 10.000 indivíduos, e cuja incidência é maior em indivíduos do sexo masculino, na proporção de quatro indivíduos do sexo masculino para cada um do sexo feminino. (2003, p. 3)

Camargo e Bosa (2009) definem o autismo a partir da classificação feita pela Associação Psiquiátrica Americana como sendo um transtorno global do desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação e pela existência de diversas restrições de atividades e interesses. Portanto, como foi percebido a partir das definições teóricas, o autismo é marcado, sobretudo, pela ausência de comunicação, dificultando desta forma, a interação entre os indivíduos e demais pessoas, o que faz com que se desenvolva um dos grandes desafios no que diz respeito à área educacional, o de promover de forma satisfatória o desenvolvimento e interação social desta criança.

O autismo é devido à essas características, comumente confundido com outros transtornos, por exemplo, a síndrome Asperger, e a esquizofrenia, evidenciando desse modo que o diagnóstico não é algo fácil e que só pode ser constatado a partir da análise de um especialista. Devido à isto, é evidenciada a importância de que seja levado em consideração que o autismo infantil não é diagnosticado por fatores isolados, mas sobretudo por um conjunto de fatores que devem ser analisados de forma cuidadosa, para que a partir de um diagnóstico competente, seja possível um trabalho apropriado para melhoria do bem estar social desta criança, bem como sua inclusão social e escolar. “A inclusão escolar, para ser exitosa, requer esforços que necessariamente demandam olhares diversos, questionamento a certos paradigmas relacionados com a forma de conceber a deficiência e entender processos de ensino e aprendizagem” (DENARI, 2008, p. 42).

É comum que sejam reproduzidas duas atitudes errôneas, a primeira, citada anteriormente, que é o diagnóstico precipitado (implica na dedução, sem um acompanhamento especializado, quando no entanto, a criança pode não apresentar o autismo), e a segunda, um diagnóstico que é evitado (quando os pais reconhecem a necessidade de seu filho, e não procuram ajuda profissional, permitindo muitas vezes, que o nível e os problemas relacionados ao autismo sejam acrescidos).

Glat (1996) expõe de forma detalhada as diferentes fases que os pais e toda família enfrentam quando percebem que precisam conviver com alguém que possui

comportamentos físicos ou psicológicos que requerem uma atenção especial. A autora argumenta:

[...] além da decepção inicial, em uma série de situações críticas, geralmente acompanhadas de sentimentos e emoções dolorosas e conflitantes. Neste processo, as famílias passam por diversas fases cíclicas, incluindo o choque inicial da descoberta, a negação do diagnóstico, e busca por “curas milagrosas”, o luto, a depressão, até que possam entrar no estágio de aceitação e adaptação. (anop. 2)

Entender as peculiaridades do autismo e suas consequências, assim como aceitar o fato de conviver com uma criança que possui esta síndrome é um fator determinante para que o diagnóstico seja realizado de forma precisa, e para que ações de ajuda social possam ser dirigidas às estas crianças, sobretudo no que diz respeito ao acompanhamento profissional assim como escolar.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao refletir sobre as atuais concepções que permeiam as práticas educativas relacionadas ao atendimento de crianças com necessidades especiais, percebemos a necessidade de classificar no intuito de diferenciar os conceitos de integração e inclusão. Camargo e Bosa (2009) definem estas duas concepções de forma bastante clara, apontando os mecanismos que a escola pode utilizar para atender estas crianças.

Enquanto na integração investe-se na possibilidade de indivíduos com deficiência frequentarem escolas comuns de ensino, cujo currículo e método pedagógicos estão voltados para crianças consideradas “normais”, na inclusão muda-se o foco do indivíduo para a escola. Neste caso, é o sistema educacional e social que deve adaptar-se para receber a criança deficiente. (p. 69)

O paradigma da inclusão deve ser sempre o alvo a ser alcançado pela educação, que por vezes tem se limitado à integrar os sujeitos, deixando desta feita de contribuir para o desenvolvimento das crianças especiais, conseqüentemente, trabalhando a partir do pressuposto da inserção de uma forma contrária, isto é, agravando o retraimento no caso de crianças autistas, pois a inserção em geral não garante os meios pelos quais este desenvolvimento se concretize.

Ao tecer comentários em relação à esta problemática e considerar a atual situação da educação inclusiva no Brasil, sendo esta reconhecida como um direito, Mantoan argumenta:

[...] temos muitos desafios a enfrentar para atingir a educação como direito de todos. Um deles é não permitir que esse direito seja traduzido meramente como cumprimento da obrigação de matricular e

manter alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns. [...] Nesse caso, eles podem ter acesso à escola, ou nela permanecer, apenas para atender a uma exigência legal, sem que isso signifique reconhecimento de sua igualdade de direitos. (p. 36)

A inserção delimita a forma de atuação do professor, pois, na maioria dos casos, não lhes são dadas condições favoráveis para que este possa atender às necessidades educacionais das crianças especiais presentes em sala. No caso de crianças autistas, faz-se necessário a elaboração de um trabalho que envolva além de outros aspectos, valorização e estímulos diversos, sendo levado em consideração suas possibilidades, avanços comportamentais e interativos, sendo o mesmo avaliado por estes aspectos e não pelo que lhes falta. Esta é uma metodologia que requer competência, paciência, dedicação e também meios que facilitem esta ação, como por exemplo, o número de crianças em classe, como também a ajuda de auxiliares.

Em nossa opinião, as crianças e jovens que apresentam deficiência mental não podem ser privados de seu direito de usufruir todas as vantagens que a escola tem a oferecer, até porque, antes do direito à escolarização, essas pessoas têm um direito político, humano e democrático maior: o de estarem adequadamente inseridas em seus contextos sociais como indivíduos participativos e produtivos (2008,0p. 201).

Do mesmo modo que toda criança especial tem o direito de se desenvolver, e os educadores e familiares tem o papel de auxiliar nesse desenvolvimento, faz-se necessário uma atenção elevada para as qualidades dessas crianças, no intuito de explorá-las em seus avanços e aprendizados adquiridos. O método de valorização e estímulo acima citado é sustentado a partir de estudos que comprovam a eficácia desta ação. Quanto à este tipo de abordagem utilizada para com crianças autistas, Schwartzman (2003) afirma:

Métodos comportamentais também podem ser utilizados para tentar reduzir comportamentos indesejáveis que interferem no funcionamento da criança. Ignorar comportamentos anormais e recompensar comportamentos desejáveis pode ser uma forma específica e simples de ajudar a criança. (p.104)

Ao refletir sobre os aspectos que estão relacionados ao atendimento da educação especial, torna-se claro que esta educação não se limita à transmissão de conteúdos, ou muito menos ao simples fato de a criança especial se fazer presente em uma sala com a finalidade apenas de cumprir uma exigência legal perante à lei. Mais que isso, a educação especial precisa ser vista como um meio de emancipação de sujeitos, emancipação na qual, as características, ritmo e conduta da criança especial são

respeitados com vistas a atingir resultados que o tornarão não somente mais acessíveis e participativos no meio em que vivem, mas, sobretudo independentes do mesmo, na maior e mais propícia intensidade possível.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INSERÇÃO SOCIAL: PRESSUPOSTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS.

Ao considerar o termo ‘educação inclusiva’ em sua real essência, podemos perceber o quanto ele se aplica de forma mais intensa à crianças autistas. Não somente pelo fato de a educação inclusiva colocar em parceria crianças de diferentes segmentos sociais, formas físicas ou culturais, mas, sobretudo porque ao garantir a educação inclusiva, pressupõem-se também uma inclusão social, que para o autista, compreende não apenas no fato de poder estar na escola e ser reconhecido como igual.

Considerando que o autismo é inicialmente evidenciado pela ausência de linguagem verbal e não verbal, sendo percebido principalmente por este dentre outros fatores, torna-se cabível a atuação da escola com a finalidade de desenvolver nesta criança a necessidade e o prazer que estão implícitos nesta comunicação. Embasando esta ideia, Camargo e Bosa (2009) afirmam:

[...] a escola possui papel fundamental nos esforços para ultrapassar os déficits sociais destas crianças, ao possibilitar o alargamento progressivo das experiências socializadoras, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e comportamentos. (p. 67)

Relacionando este fato à realidade de crianças autistas, a escola torna-se forte aliada na tentativa de garantir uma inserção social, pois a mesma apresenta às crianças o exercício de socialização com seus pares, ou seja, crianças da mesma idade, como também com os professores e demais funcionários da escola.

Ao considerar e tentar colocar em pauta o desenvolvimento social das crianças, não podemos delimitar padrões que coloquem o desenvolvimento social destas em julgamento, principalmente quando diz-se respeito à crianças autistas, tentando fazê-los assimilar da forma mais rápida as relações humanas, forçando-os a aceitarem uma realidade que ainda não conseguem compreender.

Ao reportar-se à este assunto, Almeida (2008) afirma que não se caracteriza por uma metodologia eficaz a associação do nível de desenvolvimento de uma criança que

possui autismo e uma outra que não possui. Pelo contrário, a avaliação destas crianças deve ter como referência o seu nível de desenvolvimento anterior, comparado aos avanços que esta passa a apresentar a partir do contato e trocas que são mediadas pela escola. É importante considerarmos que o desenvolvimento das crianças autistas varia de acordo com o nível de autismo que esta possui e suas conseqüências. Por isto, não existem normas que venham caracterizar metodologias definidas do trabalho do professor, para que este desenvolvimento seja por vez garantido. Schwartzman (2003) é enfático ao expressar através dos estudos realizados na área que:

Nas crianças com AI, os objetivos das intervenções dependerão em grande medida, do grau de comprometimento presente. Nos pacientes com prejuízos cognitivos importantes, os esforços deverão se dirigir de forma mais específica, para a tentativa de aumentar a comunicação e as interações sociais, para a redução das alterações comportamentais (estereotípias, hiperatividade etc.), para a maximização do aprendizado, e para a independência nas atividades de vida diária. (p. 105)

Torna-se evidente que na escola as relações sociais, possam garantir à criança autista a possibilidade de desenvolvimento que por sua vez, ao concretizar-se, abrirá portas para a formação de outros níveis de crescimento cognitivo, social e afetivo. Pois se uma das mais notáveis conseqüências do autismo refere-se ao déficit social, caracterizando a partir disto inúmeras outras dificuldades, faz-se necessário que um trabalho específico seja realizado com vistas a favorecer à criança este envolvimento com o meio e suas diversidades, fazendo com que o desenvolvimento da mesma se caracterize muitas vezes tão somente pelo fato desta criança descobrir este meio, e a escola nesta ação torna-se uma das mais competentes instituições para que este desenvolvimento torne a criança autista no mínimo conhecedora de um universo além de si, ou mesmo participante deste.

CONCLUSÃO

É de extrema importância considerar que o autismo em suas especificidades consiste em uma síndrome que pode apresentar um alto nível de complexidade. Este nível por sua vez, definirá as conseqüências que serão reproduzidas pela criança que possui o autismo. Para que seja possível uma intervenção eficaz, faz-se necessário de imediato um diagnóstico coerente, no qual, a criança possa ser atendida de forma à

garantir a minimização destas consequências e por conseguinte, garantir seu desenvolvimento

Durante o presente artigo buscamos sintetizar **qual seria a relação entre a educação inclusiva e a inserção social como meio de contribuição no desenvolvimento de crianças autistas**. A partir das considerações dos autores aqui analisadas, pudemos ter um vislumbre do quanto a educação inclusiva pode beneficiar estas crianças.

E por fim, aqui colocamos a finalidade da escola enquanto condutora e representante da sociedade, sendo esta uma forte responsável pela inclusão social das crianças autistas, pois, é na escola o primeiro local depois da família que a criança autista precisa estar incluída, tendo em vista que a escola também é um meio social de convivência com diversas experiências que preparam para a vida fora dela.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.A. O uso de habilidades comunicativas verbais para aumento da extensão de enunciados no autismo de alto funcionamento e na síndrome de Asperger. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, jan-mar; 20(1): 37-42, 2008.

CAMARGO E BOSA (de Eunice – procurar referência)

CAMARGO, Sígilia Pimentel; BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo**: revisão crítica da literatura, 21: 65-74, 2009.

GLAT, Rosana. O papel da família na interação do portador de deficiência. **Rev. bras. educ. espec.** vol.02, n.04, p. 111-118, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 2003.

Inclusão escolar e educação especial: Teoria e prática na diversidade/Claudia Dechihi, Lázara Cristina da Silva e colaboradores. Uberlândia: EDUFU, 2008

Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção/organizado por Claudio Roberto Baptista e Cleonice Bosa. Porto Alegre: Artmed, 2002